



Energisa Paraíba | Resultados do 3º trimestre de 2012

João Pessoa, 8 de novembro de 2012 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Paraíba” ou “Companhia”) apresenta as Informações Trimestrais relativas aos primeiros nove meses de 2012 (9M12), preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do Negócio e Considerações Gerais

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km², com uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes. A empresa atende a aproximadamente 1.208 mil unidades consumidoras.

1.1 - Reconhecimento em gestão socioambiental

A Energisa Paraíba conquistou, em setembro último, o Prêmio Socioambiental Chico Mendes que reconhece práticas de promoção do bem estar social com respeito ao meio ambiente. Foram contemplados os prédios sustentáveis do Núcleo Regional de Patos, já certificado pelo Green Building Council Brasil na categoria prata.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro da Energisa Paraíba nos primeiros nove meses do exercício:

Indicadores Operacionais e Financeiros

Descrição	9M12	9M11	Varição %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.185,7	1.020,1	+ 16,2
Receita Operacional Líquida	812,4	688,9	+ 17,9
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	171,6	114,8	+ 49,5
EBITDA	201,8	146,7	+ 37,6
EBTIDA Ajustado	217,0	160,4	+ 35,3
Resultado Financeiro	(6,9)	(27,1)	- 74,5
Resultado antes dos impostos	164,7	87,8	+ 87,6
Lucro Líquido	131,5	70,0	+ 87,9
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.380,4	1.209,4	+ 14,1
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	190,6	115,2	+ 65,5
Patrimônio Líquido	574,9	522,1	+ 10,1
Endividamento Líquido	397,8	355,2	+ 12,0
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.208,1	1.143,6	+ 5,6
Vendas de energia aos Consumidores Cativos (GWh)	2.549,9	2.321,5	+ 9,8
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	2.920,7	2.711,8	+ 7,7
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	12,88	13,87	- 0,99 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	26,7	23,3	+ 3,4 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	1,4	1,6	- 12,5

Resultados 3º trimestre de 2012

2 - Desempenho Econômico e Financeiro

2.1 - Lucro líquido cresce 67,4% no 3T12

Lucro acumulado em 9 meses atinge R\$ 131,5 milhões

A Energisa Paraíba registrou lucro líquido de R\$ 131,5 milhões em 9M12 (R\$ 143,19 por ação), dos quais R\$ 40,0 milhões (R\$ 43,53 por ação) foram apurados no 3T12. O resultado do 3T12 representa um aumento de 67,4% em relação ao 3T11. Já o lucro líquido em 9M12 representa um aumento de 87,9% em relação ao registrado em 9M11.

Esse avanço do lucro líquido em 9M12 decorre em parte do acréscimo de 17,9% (ou R\$ 123,5 milhões) da receita operacional líquida no período, aliado ao menor crescimento das despesas operacionais, o que favoreceu a geração operacional de caixa (EBITDA). As despesas operacionais cresceram 11,6% (ou R\$ 66,8 milhões) em 9M12. Conseqüentemente, a Energisa Paraíba apresentou geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) de R\$ 217,0 milhões, o que significa um aumento de 35,3% (ou R\$ 56,6 milhões) em relação ao registrado em 9M11. A margem do EBITDA Ajustado avançou 3,4 pontos percentuais para 26,7%.

A variação das despesas financeiras líquidas também contribuiu para a melhoria do lucro líquido em 9M12. Essas despesas mostraram uma redução de 74,5% no período.

Apresenta-se a seguir a evolução e composição do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

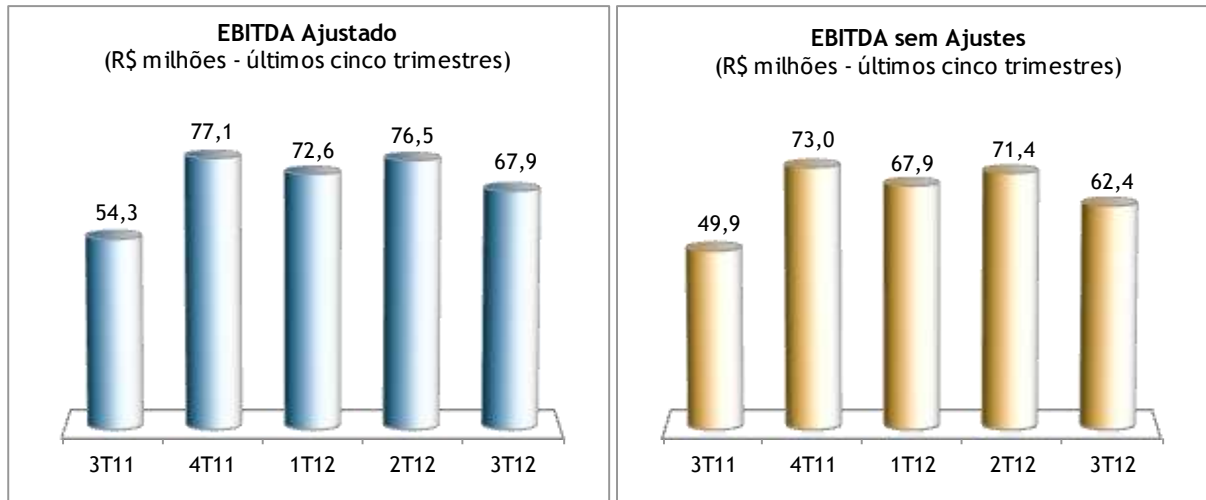
Composição e evolução do lucro líquido (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T12	3T11	Var. %	9M12	9M11	Var. %
(=) Receita operacional líquida	272,6	228,2	+ 19,5	812,4	688,9	+ 17,9
(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	52,9	39,2	+ 34,9	171,6	114,8	+ 49,5
(+) Resultado financeiro (receitas menos despesas financeiras)	(5,6)	(9,4)	- 40,4	(6,9)	(27,1)	- 74,5
(+) Contribuição social e imposto de renda	(7,3)	(5,9)	+ 23,7	(33,2)	(17,7)	+ 87,6
(=) Lucro Líquido	40,0	23,9	+ 67,4	131,5	70,0	+ 87,9

Evolução da geração de caixa

Composição da geração de caixa (EBITDA) (R\$ milhões)	Trimestre			9 meses		
	3T12	3T11	Var. %	9M12	9M11	Var. %
(=) Lucro Líquido	40,0	23,9	+ 67,4	131,5	70,0	+ 87,9
(-) Contribuição social e imposto de renda	(7,3)	(5,9)	+ 23,7	(33,2)	(17,7)	+ 87,6
(-) Resultado financeiro	(5,6)	(9,4)	- 40,4	(6,9)	(27,1)	- 74,5
(-) Depreciação e amortização	(9,6)	(10,7)	- 10,3	(30,2)	(31,9)	- 5,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	62,5	49,9	+ 25,3	201,8	146,7	+ 37,6
(+) Receita de acréscimos moratórios	5,4	4,4	+ 22,7	15,2	13,7	+ 10,9
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	67,9	54,3	+ 25,0	217,0	160,4	+ 35,3
Margem do EBITDA Ajustado	24,9	23,8	+ 1,1 p.p	26,7	23,3	+ 3,4

Resultados 3º trimestre de 2012

A evolução do EBITDA e EBITDA Ajustado da Energisa Paraíba nos últimos cinco trimestres pode ser assim demonstrada:



2.2 - Receita operacional bruta e líquida

O aumento das vendas de energia e serviços da Energisa Paraíba resultou em um crescimento de 16,2% (ou R\$ 165,6 milhões) na receita operacional bruta da Companhia, que totalizou R\$ 1.185,7 milhões em 9M12, contra R\$ 1.020,1 milhões em igual período do ano passado. No 3T12, a receita operacional bruta foi de R\$ 392,5 milhões, o que representa um aumento de 16,0% (ou R\$ 54,2 milhões) em relação ao 3T11.

A receita operacional líquida, por sua vez, cresceu 17,9% (ou R\$ 123,5 milhões) em 9M12 para R\$ 812,4 milhões. No 3T12, a receita operacional líquida aumentou 19,5% (ou R\$ 44,4 milhões) em relação ao 3T11, totalizando R\$ 272,6 milhões.

A composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida assim se apresenta:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			9 meses		
	3T12	3T11	Variação em R\$ milhões	9M12	9M11	Variação em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado próprio)	341,4	292,4	+ 49,0	1.044,0	887,3	+ 156,7
• Residencial	151,5	124,7	+ 26,8	472,3	390,6	+ 81,7
• Industrial	53,1	47,5	+ 5,6	153,9	137,2	+ 16,7
• Comercial	70,6	60,4	+ 10,2	219,9	182,7	+ 37,2
• Rural	13,2	9,7	+ 3,5	40,2	28,6	+ 11,6
• Outras classes	53,0	50,1	+ 2,9	157,7	148,2	+ 9,5
(+) Suprimento de energia elétrica	1,9	0,4	+ 1,5	2,0	1,5	+ 0,5
(+) Fornecimento não faturado	(2,2)	(0,7)	- 1,5	(8,6)	(1,2)	- 7,4
(+) Disponibilização do sistema elétrico	15,7	12,5	+ 3,2	45,0	38,6	+ 6,4
(+) Receitas de construção	32,0	30,3	+ 1,7	93,7	86,7	+ 7,0
(+) Outras receitas	3,7	3,4	+ 0,3	9,6	7,2	+ 2,4
(=) Subtotal - Receita operacional bruta consolidada	392,5	338,3	+ 54,2	1.185,7	1.020,1	+ 165,6
(-) Impostos sobre receitas	(102,9)	(92,8)	- 10,1	(315,5)	(281,0)	- 34,5
(-) Encargos setoriais	(17,0)	(17,3)	+ 0,3	(57,8)	(50,2)	- 7,6
(=) Total - Receita operacional líquida consolidada	272,6	228,2	+ 44,4	812,4	688,9	+ 123,5

2.2.1 - Reajuste tarifário anual: a Energisa Paraíba obteve em 28 de agosto de 2012 um aumento médio de 3,78% nas suas tarifas de energia elétrica.

Resultados 3º trimestre de 2012

2.3 - Despesas operacionais

2.3.1 - Despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica

Em 9M12, as despesas operacionais na distribuição e serviços de energia elétrica da Energisa Paraíba atingiram R\$ 547,1 milhões, com crescimento de 12,3% (ou R\$ 59,8 milhões) em relação ao valor registrado em 9M11. No 3T12, o aumento destas mesmas despesas foi de 18,4% (ou R\$ 29,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

2.3.1.1 - Despesas controláveis na distribuição e serviços de energia elétrica

As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) na distribuição e serviços de energia elétrica aumentaram 6,0% (ou R\$ 7,7 milhões) em 9M12, para R\$ 136,9 milhões. No 3T12, o aumento das despesas controláveis foi de 4,6% (ou R\$ 2,0 milhões) em relação ao 3T11.

2.3.2 - Custos de construção

A Energisa Paraíba reconhece receitas e os custos decorrentes da construção da infraestrutura utilizada na concessão dos serviços de energia elétrica, atribuindo a esta atividade margem zero. Em 9M12, os custos de construção totalizaram R\$ 93,7 milhões (R\$ 32,0 milhões no 3T12), contra R\$ 86,7 milhões em 9M11 (R\$ 30,3 milhões no 3T11).

2.3.3 - Despesas operacionais totais

Em 9M12, as despesas operacionais da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 640,8 milhões, um crescimento de 11,6% (ou R\$ 66,8 milhões) em relação ao valor registrado em 9M11. No 3T12, o aumento das despesas operacionais totais foi de 16,4% (ou R\$ 30,9 milhões) em relação ao 3T11.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Variação em			Variação em		
	3T12	3T11	R\$ milhões	9M12	9M11	R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	45,7	43,7	+ 2,0	136,9	129,2	+ 7,7
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	24,3	22,2	+ 2,1	71,1	65,6	+ 5,5
1.2 - Material	3,0	2,7	+ 0,3	9,2	8,9	+ 0,3
1.3 - Serviços de terceiros	18,4	18,8	- 0,4	56,6	54,7	+ 1,9
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	125,8	96,7	+ 29,1	357,5	306,0	+ 51,5
3 - Depreciação e amortização	9,7	10,7	- 1,0	30,2	31,9	- 1,7
4 - Provisões para contingências e devedores duvidosos	2,3	2,2	+ 0,1	9,4	7,8	+ 1,6
5 - Outras despesas / receitas	4,3	5,3	- 1,0	13,1	12,4	+ 0,7
Subtotal (1+2+3+4+5)	187,8	158,6	+ 29,2	547,1	487,3	+ 59,8
6 - Custo de construção	32,0	30,3	+ 1,7	93,7	86,7	+ 7,0
Total	219,8	188,9	+ 30,9	640,8	574,0	+ 66,8

2.4 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) em 9M12 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 6,9 milhões (R\$ 5,6 milhões no 3T12), contra uma despesa financeira líquida de R\$ 27,1 milhões em 9M11 (R\$ 9,4 milhões no 3T11), ou seja, uma redução de 74,5% (redução de 40,4% no 3T12).

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Paraíba em 30 de setembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	30/09/2012	31/12/2011
Valor em R\$ milhões		
Curto Prazo	168,1	54,5
Empréstimos, financiamentos e debêntures	157,5	41,1
Encargos de dívidas	3,9	6,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	6,7	6,6
Longo Prazo	420,3	428,0
Empréstimos, financiamentos e debêntures	398,7	407,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	21,6	20,4
Total das dívidas	588,4	482,5
(-) Disponibilidades financeiras	190,6	109,0
Total das dívidas líquidas	397,8	373,5

(*) Em 30 de setembro de 2012, R\$ 235,5 milhões (40,0%) do total das dívidas estão representados em dólares.

3 - Desempenho Operacional

3.1 - Mercado de Energia

No 3T12, as vendas de energia elétrica aos consumidores cativos atendidos pela Energisa Paraíba mostraram um crescimento de 8,7% em relação ao igual trimestre de 2011, atingindo 830,3 GWh. O consumo da classe rural se manteve em expressiva expansão, com crescimento de 29,0%. A classe industrial cativa e livre continua com consumo em alta, registrando, juntas, crescimento de 17,3%. Consequentemente, a energia elétrica total distribuída, considerando consumidores cativos e livres, suprimento e fornecimento não faturado, totalizou 980,0 GWh no 3T12, o que representa um aumento de 12,3% em relação ao igual trimestre do ano passado.

No acumulado de 9M12, o consumo no mercado cativo cresceu 9,8% em relação aos 9M11 e a energia total distribuída atingiu 2.920,7 GWh, ou seja, 7,7% maior que em 9M11. O quadro a seguir mostra a evolução do mercado de energia elétrica por segmento ao longo dos primeiros nove meses do exercício:

Mercado de Energia Elétrica por Segmento (Em GWh)

Descrição	Trimestre			9 meses		
	3T12	3T11	Variação %	9M12	9M11	Variação %
a) Vendas de Energia no Mercado Próprio	830,3	763,6	+ 8,7	2.549,9	2.321,5	+ 9,8
* Residencial	309,9	292,8	+ 5,8	970,9	901,6	+ 7,7
* Industrial	157,5	145,7	+ 8,1	464,1	435,5	+ 6,6
* Comercial	141,0	130,0	+ 8,5	444,9	398,7	+ 11,6
* Rural	63,2	49,0	+ 29,0	193,1	147,6	+ 30,8
* Outras classes	158,7	146,1	+ 8,6	476,9	438,1	+ 8,9
b) Suprimento de Energia Elétrica	33,7	21,2	+ 59,0	35,4	100,0	- 64,6
c) Fornecimento não Faturado Líquido	(5,9)	(4,4)	+ 34,1	(1,5)	(4,3)	- 65,1
d) Vendas Totais de Energia (a+b+c)	858,1	780,4	+ 10,0	2.583,8	2.417,2	+ 6,9
e) Energia associada aos Consumidores Livres	121,9	92,4	+ 31,9	336,9	294,6	+ 14,4
f) Energia Elétrica Total Distribuída (d+e)	980,0	872,8	+ 12,3	2.920,7	2.711,8	+ 7,7

3.2 - Gestão das perdas de energia

Mantendo o foco na contínua redução das perdas de energia elétrica, a Energisa Paraíba alcançou mais um recorde histórico. Nos últimos 12 meses findos em setembro de 2012, as perdas de energia situaram em 12,88%, o que representa uma queda de 0,99 ponto percentual em relação a igual período encerrado em setembro do ano passado.

4 - Investimentos

Visando o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 98,6 milhões nos primeiros nove meses de 2012, o que representa um crescimento de 2,5% em relação ao realizado em igual período do ano passado, quando foram investidos R\$ 96,2 milhões.

5 - Dividendos

O Conselho de Administração da Energisa Paraíba aprovou no último dia 23 de outubro a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro líquido do 3º trimestre do exercício de 2012 no montante de R\$ 28,9 milhões, correspondentes a R\$ 31,51 por ação de emissão da Companhia. O pagamento será serã efetuado até o dia 27 de dezembro de 2012.

6 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba nos primeiros nove meses de 2012 foi de R\$ 323 mil, sendo: i) R\$ 177 mil pela revisão contábil das demonstrações contábeis, e ii) R\$ 146 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

Energisa Paraíba		
Balancos Patrimoniais		
Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	131.505	62.753
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	45.694	40.504
Consumidores e concessionárias	156.564	167.014
Títulos de créditos a receber	61.217	53.955
Estoques	5.599	4.592
Impostos a recuperar	30.248	35.520
Despesas pagas antecipadamente	6.761	4.537
Baixa renda	14.408	9.888
Outros créditos	12.197	10.600
Total do circulante	<u>464.193</u>	<u>389.363</u>
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	13.346	5.735
Títulos de créditos a receber	50.981	63.992
Impostos a recuperar	24.817	26.106
Créditos tributários	103.806	111.014
Cauções e depósitos vinculados	24.710	20.984
Instrumentos financeiros derivativos	1.665	2.649
Contas a receber da concessão	129.104	30.777
Outros	1.550	1.550
	<u>349.979</u>	<u>262.807</u>
Investimentos	98	73
Intangível	566.094	606.784
Total do não circulante	<u>916.171</u>	<u>869.664</u>
Total do Ativo	<u><u>1.380.364</u></u>	<u><u>1.259.027</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanço Patrimonial Passivo

Energisa Paraíba		
Balanços Patrimoniais		
Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011		
(Em milhares de reais)		
	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	72.248	63.767
Encargos de dívidas	3.849	6.766
Empréstimos e financiamentos	155.304	40.649
Debêntures	2.234	426
Folha de pagamento	1.601	1.523
Tributos e contribuições sociais	46.567	50.532
Dividendos	417	417
Obrigações estimadas	9.270	6.722
Encargos do consumidor a recolher	6.982	11.549
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.571	3.752
Benefícios a empregados - plano de pensão	6.698	6.698
Outras contas a pagar	23.476	25.108
Total do circulante	<u>332.217</u>	<u>217.909</u>
Não circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	2.529	2.371
Empréstimos e financiamentos	319.148	328.009
Debêntures	79.567	79.567
Instrumentos financeiros derivativos	-	6.409
Tributos e contribuições sociais	12.386	9.603
Provisões para contingências	37.484	38.200
Benefícios a empregados - plano de pensão	21.562	20.401
Outros	572	332
Total do não circulante	<u>473.248</u>	<u>484.892</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	386.516	363.573
Ações em tesouraria	(538)	(538)
Reservas de capital	97.540	97.540
Reservas de lucros	34.025	56.968
Dividendos adicionais propostos	-	38.683
Lucros acumulados	57.356	-
	<u>574.899</u>	<u>556.226</u>
Total do Passivo	<u>1.380.364</u>	<u>1.259.027</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstrações de Resultado

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
 Demonstrações de Resultados
 Nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais)

	<u>9M12</u>	<u>9M11</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	1.035.410	886.063
Suprimento de energia elétrica	2.018	1.505
Disponibilidade do sistema elétrico	45.000	38.564
Receita de construção	93.709	86.673
Outras receitas	9.588	7.248
	<u>1.185.725</u>	<u>1.020.053</u>
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	214.304	193.839
PIS, Cofins e ISS	101.200	87.130
Quotas para a reserva global de reversão	9.350	8.213
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	48.456	42.014
	<u>373.310</u>	<u>331.196</u>
Receita operacional líquida	<u>812.415</u>	<u>688.857</u>
Despesas (receitas) operacionais		
Pessoal (inclui fundo de pensão)	71.102	65.628
Material	9.147	8.864
Serviços de terceiros	56.611	54.714
Energia elétrica comprada para revenda	304.075	261.283
Transporte de potência elétrica	53.416	44.690
Depreciação e amortização	30.200	31.924
Provisão para contingências /devedores duvidosos	9.416	7.826
Custo de construção	93.709	86.673
Outras despesas / receitas	13.125	12.435
	<u>640.801</u>	<u>574.037</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	<u>171.614</u>	<u>114.820</u>
Receita (Despesa) financeira		
Receitas de aplicações financeiras	7.752	11.349
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	15.153	13.714
Outras receitas financeiras	2.969	2.868
Encargos de dívidas - juros	(32.881)	(33.803)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(9.931)	(13.382)
(-) Transferência para ordens em curso	3.491	3.554
Marcação a mercado de derivativos	(2.121)	(2.874)
Instrumentos financeiros derivativos	7.588	5.726
Ajuste valor presente de ativos	9.667	(5.230)
Outras despesas financeiras	(8.579)	(8.977)
	<u>(6.892)</u>	<u>(27.055)</u>
Resultado antes dos impostos	<u>164.722</u>	<u>87.765</u>
Contribuição social e imposto de renda	(33.252)	(17.815)
Lucro líquido do período	<u>131.470</u>	<u>69.950</u>
Lucro líquido por ação do capital social - R\$	<u>143,19</u>	<u>76,18</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Resultados 3º trimestre de 2012

4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A
Demonstrações do Fluxo de Caixa

Nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	<u>30/9/2012</u>	<u>30/9/2011</u>
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	164.722	87.765
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais líquidas	38.933	48.944
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.028	3.030
Depreciação e amortização	30.201	31.924
Provisão para contingências	(2.146)	(3.378)
Créditos tributários	3.533	(471)
Valor residual de ativos permanentes baixados	5.246	4.961
Marcação Mercado Derivativos	2.121	2.874
Instrumentos Financeiros Derivativos	(7.588)	(5.726)
Subtotal	<u>239.050</u>	<u>169.923</u>
Variações nos ativos e passivos		
Consumidores e concessionárias	7.898	7.188
Títulos de créditos a receber	4.273	(13.876)
Estoques	(1.007)	(2.072)
Impostos a recuperar	(17.994)	(914)
Cauções e depósitos vinculados	1.172	(2.884)
Despesas pagas antecipadamente	(2.223)	(1.866)
Outros créditos	(6.184)	6.141
Fornecedores	8.639	(14.743)
Folha de pagamento	78	(163)
Tributos e contribuições sociais	11.787	62
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.890)	(2.590)
Parcelamento de impostos	-	(983)
Obrigações estimadas	2.547	2.514
Encargos do consumidor a recolher	(4.567)	4.776
Outras contas a pagar	(412)	(5.908)
	<u>(18.883)</u>	<u>(25.318)</u>
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	<u>220.167</u>	<u>144.605</u>
Atividades de investimentos		
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos	(26)	(28.137)
Aplicações Financeiras e Recursos Vinculados	(36.122)	(5.065)
Resgate de aplicações financeiras	25.667	47.402
Aplicações no intangível	(95.145)	(96.151)
Contribuições do consumidor, União e Estado	12.297	6.795
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(93.329)</u>	<u>(75.156)</u>
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	121.790	4.805
Pagamentos de empréstimos e debêntures - principal	(33.948)	(47.454)
Pagamentos de empréstimos e debêntures - juros	(32.647)	(33.047)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	(483)	(1.720)
Pagamentos de dividendos	(112.797)	(29.303)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(58.085)</u>	<u>(106.719)</u>
Aumento (Redução de Caixa e Equivalentes)	<u>68.753</u>	<u>(37.270)</u>
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	62.752	92.862
Saldo final de Caixa e Equivalentes	<u>131.505</u>	<u>55.592</u>
Variação líquida do caixa	<u>68.753</u>	<u>(37.270)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais
período findo em 30 de setembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa PB”), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.208.164 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

As principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão conforme ICPC 01 (R1) e ICPC 17, consistem em:

I - Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, operando a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança na prestação de serviços e modicidade das tarifas;

III - Organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, através de programas de redução de consumo de energia e inovações; e

VI - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em seu controle acionário que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a: revisão e reajustes tarifários, contas a receber da concessão, receita e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 14, 22 e 27, respectivamente.

2. Apresentação das informações contábeis trimestrais

As informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 08 de novembro de 2012 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011”), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

Resultados 3º trimestre de 2012

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 3 às Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	30/09/2012	31/12/2011
BB Ampla	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1	-
BMG	CDB	24/1/2014	112,0% do CDI	-	16.613
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	25	-
CEF	CDB	25/09/2014 a 30/09/2014	100,5% do CDI	16.679	10.487
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	361	8.497
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2	104
Mercantil	CDB	15/6/2015	105,0% do CDI	-	1.243
Santander	Debêntures (**)	10/09/2014 a 12/09/2014	103,2% a 104,0% do CDI	84.456	-
Santander	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	911	-
				102.435	36.944
Caixa e bancos				29.070	25.809
Total caixa e equivalente de caixa				131.505	62.753

Resultados 3º trimestre de 2012

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Remuneração</u>	<u>30/9/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
ABC Brasil	CDB	29/10/2012	104,5% do CDI	10	16
BES	CDB	19/03/2015 a 06/05/2015	102,5% a 103,0% do CDI	11	13
BICBanco	CDB	22/02/2013 a 26/08/2014	98,0% a 115,0% do CDI	3.085	2.868
BMG	CDB	16/12/2013 a 24/01/2014	112,0% do CDI	1.759	1.630
Bradesco	CDB	25/7/2013	99,0% do CDI	306	317
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.372	-
CEF	Poupança	-	Poupança	87	87
HSBC	CDB	3/8/2015	100,0% do CDI	616	600
Itaú	CDB	11/03/2013 a 27/06/2014	95,0% a 103,5% do CDI	610	571
Itaú	Debêntures (**)	03/12/2013 a 06/12/2013	102,0% do CDI	299	280
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	794	506
Nordeste	CDB	02/01/2014 a 30/07/2019	90,0% a 100,0% do CDI	34.843	31.811
Nordeste	Título de Capitalização	22/12/2013	100,0% do CDI	19	-
Pine	CDB	8/2/2017	104,0% do CDI	879	877
Standard Bank	CDB	1/2/2013	100,25% do CDI	4	4
				45.694	39.580
b.2 Aplicações financeiras disponíveis para venda					
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	924
				-	924
b.3 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	01/11/2012 a 29/12/2020	100,0% do CDI	5.076	5.735
Mercantil	DPGE	15/5/2014	113,0% do CDI	8.270	-
				13.346	5.735
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				59.040	46.239
Circulante				45.694	40.504
Não circulante				13.346	5.735

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

Resultados 3º trimestre de 2012

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vencidos (1)	Vencidos					Há mais de 360 dias	30/09/2012	31/12/2011
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias				
Residencial	22.557	15.843	5.442	2.840	393	95	47.170	52.955	
Industrial	20.167	1.154	317	249	546	5.439	27.872	27.939	
Comércio, serviços e outras atividades	18.095	4.237	1.272	1.133	1.078	988	26.803	29.060	
Rural	2.858	1.289	678	670	170	1.930	7.595	13.239	
Poder Público:									
Federal	2.155	386	68	23	5	3	2.640	2.598	
Estadual	3.452	621	108	36	8	1	4.226	4.164	
Municipal	2.464	443	77	26	6	1	3.017	2.972	
Iluminação pública	5.082	1.268	413	66	-	6	6.835	5.674	
Serviço público	8.924	104	7.387	89	179	1	16.684	6.210	
Subtotal - consumidores	85.754	25.345	15.762	5.132	2.385	8.464	142.842	144.811	
Concessionárias (2)	-	-	-	-	-	-	2.051	103	
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	22.891	31.464	
Outros	-	-	-	-	-	-	1.715	1.019	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	(12.935)	(10.383)	
Total - Circulante	85.754	25.345	15.762	5.132	2.385	8.464	156.564	167.014	
(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.									
(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.									

Os saldos junto a CCEE estão registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante, no montante de R\$1.839 (R\$2.953 em 31 de dezembro de 2011), referente à aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços de sistema.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a naturezas destes ativos (IGPM).

Em 30 de setembro de 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Títulos de créditos a receber	138.451	152.390
Ajuste a valor presente	(12.099)	(21.766)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	<u>(14.154)</u>	<u>(12.677)</u>
	<u>112.198</u>	<u>117.947</u>
Circulante	61.217	53.955
Não circulante	50.981	63.992

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 30 de setembro de 2012, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	14.154
2012	24.576
2013	48.178
2014	18.450
2015	12.547
2016	9.462
2017	4.951
2018 em diante	6.133
Subtotal	138.451
(-) Ajuste a valor presente	(12.099)
Total	126.352

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

<u>Movimentação das provisões</u>	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	23.060	20.076
Provisões constituídas no exercício	7.114	6.036
Reversão de provisões no exercício	(3.085)	(3.052)
Saldo - final - circulante	<u>27.089</u>	<u>23.060</u>
Clientes, consumidores e concessionárias	12.935	10.383
Títulos de créditos a receber	14.154	12.677

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2013.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A

Resultados 3º trimestre de 2012

Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários:

Em 21 de agosto de 2012, por meio da Resolução nº 1.338, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 6,96%.

10. Baixa renda e outros créditos

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Baixa renda	14.408	9.888
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	5.953	5.022
Ordens de serviço em curso - outros	1.176	544
Ordens de desativação em curso	(1.470)	(1.076)
Energia livre (*)	1.784	1.784
Outros	4.754	4.326
	<u>26.605</u>	<u>20.488</u>

Segue a movimentação do baixa renda:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo - inicial	9.888	14.253
Subvenção baixa renda	61.952	51.305
Ressarcimento Eletrobrás	(57.432)	(55.670)
Saldo- final - circulante	<u>14.408</u>	<u>9.888</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

(*) Refere-se ao recálculo de repasse aos geradores de acordo com Resolução Normativa Aneel nº 387/2009.

11. Impostos a recuperar

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22.593	24.643
Imposto de Renda Retido na Fonte	92	192
Imposto de Renda - IRPJ	3.870	3.937
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	269	69
Contribuição do PIS e COFINS	28.235	27.884
Outros	6	4.901
	<u>55.065</u>	<u>61.626</u>
Circulante	30.248	35.520
Não circulante	24.817	26.106

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, Energisa Soluções S/A, Energisa Comercializadora Ltda., Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda., Energisa Geração Rio Grande S/A, Termosergipe S/A, Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunim S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), (empresas ligadas da Companhia).

Resultados 3º trimestre de 2012

Transações efetuadas durante o exercício pela companhia:

	ESA (1)	EBO (2)	01/01/2012 a 30/09/2012	01/01/2011 a 30/09/2011
Serviços contratados	(15.091)	-	(15.091)	(14.348)
Energia elétrica fornecida/ (comprada)	-	3.352	3.352	1.839
	ESA (1)	EBO (2)	01/07/2012 a 30/09/2012	01/07/2011 a 30/09/2011
Serviços contratados	(5.057)	-	(5.057)	(4.848)
Energia elétrica fornecida/ (comprada)	-	1.322	1.322	745
			30/09/2012	31/12/2011
Saldo a pagar - fornecedores	1.582	-	1.582	1.616
Saldo a receber - consumidores e concessionárias	-	447	447	235

- (1) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.
- (2) Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

Remuneração dos Administradores

Em 30 de setembro de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$1.178 (R\$1.417 em 30 de setembro de 2011) e da Diretoria foi de R\$1.709 (R\$2.138 em 30 de setembro de 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$506 (R\$380 em 30 de setembro de 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$481 (R\$457 em 30 de setembro de 2011).

Em 30 de setembro de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, foram de R\$38 e R\$6 (R\$35 e R\$8 em 30 de setembro de 2011), respectivamente. A remuneração média no 3º trimestre de 2012 foi de R\$20 (R\$19 em 30 de setembro de 2011).

13. Impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

Período	Realização dos créditos fiscais
2012	2.156
2013	8.224
2014	7.924
2015	7.824
2016	7.724
2017 a 2021	69.954
Total	103.806

Resultados 3º trimestre de 2012

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	<u>01/07/2012 à 30/09/2012</u>	<u>01/01/2012 à 30/09/2012</u>	<u>01/07/2011 à 30/09/2011</u>	<u>01/01/2011 à 30/09/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.303	164.722	29.795	87.765
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(16.083)	(56.005)	(10.130)	(29.840)
Ajustes:				
Exclusões - Incentivo fiscal SUDENE (*)	8.504	21.321	3.677	11.158
Outros	243	1.432	513	867
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(7.336)	(33.252)	(5.940)	(17.815)
Alíquota efetiva	15,5%	20,2%	19,9%	20,4%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 30 de setembro de 2012 e 2011, no montante de R\$21.321 (R\$11.158 em 30 de setembro de 2011) foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução de 75% do imposto de renda e adicionais até o exercício de 2012 e de 12,5 até 2013. O referido benefício fiscal consiste de redução do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Diferenças temporárias (1):		
Imposto de renda	77.381	82.680
Contribuição social	26.425	28.334
Total - não circulante	103.806	111.014

(1) Essas diferenças temporárias se referem principalmente a provisões e resultado de operações de swaps e benefício fiscal de ágio incorporado no valor de R\$70.909 (R\$74.583 em 31 de dezembro de 2011).

O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão em 237 parcelas mensais e segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

14. Contas a receber da concessão

A Companhia possui saldo de R\$129.104 (R\$30.777 em 31 de dezembro de 2011) no não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes ativos financeiros são avaliados com base no valor residual histórico dos ativos vinculados à concessão e que serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão.

A ANEEL emitiu em 7 de fevereiro de 2012, a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados.

Em virtude de o ICPC 01 (IFRIC 12) ser omissivo sobre o tratamento contábil dessa situação, a Administração exerceu seu julgamento na aplicação de uma política contábil que refletisse a essência econômica dessa alteração e representasse adequadamente a posição patrimonial, conforme requerido pelo CPC 23 (IAS 8), item 10.

Resultados 3º trimestre de 2012

Como resultado dessa análise, o acréscimo no saldo do ativo financeiro indenizável, no valor de R\$76.998, apurado em 1º de janeiro de 2012, foi registrado em contrapartida ao saldo do ativo intangível, para refletir a nova parcela que será recuperada diretamente do Poder Concedente no final da concessão. Como decorrência desse registro contábil ocorreu uma redução equivalente no saldo do ativo intangível para adequar a parcela que será recuperada através da prestação dos serviços outorgados (venda de energia).

Esse direito está classificado como empréstimos e recebíveis no não circulante. Em 30 de setembro de 2012, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	30/09/2012	31/12/2011
Saldo - inicial	30.777	19.468
Adições	14.908	11.309
Resolução Normativa nº 474	76.998	-
Baixas	6.421	-
Saldo - final - não circulante	129.104	30.777

15. Intangível

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	31/12/2011	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	30/09/2012
Em Serviço						
Custo	1.090.219	-	53.124	(92.118)	-	1.051.225
Amortização	(373.468)	-	-	4.527	(35.226)	(404.167)
Subtotal	716.751	-	53.124	(87.591)	(35.226)	647.058
Em Curso (*)	85.436	98.555	(53.124)	(18.492)	-	112.375
Total	802.187	98.555	-	(106.083)	(35.226)	759.433
Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	178.736	-	9.499	(5.752)	-	182.483
Amortização	(19.068)	-	-	-	(5.025)	(24.093)
Subtotal	159.668	-	9.499	(5.752)	(5.025)	158.390
Em Curso (*)	35.735	12.297	(9.499)	(3.584)	-	34.949
Total	195.403	12.297	-	(9.336)	(5.025)	193.339
Total	606.784	86.258	-	(96.747)	(30.201)	566.094

(*) As baixas do em curso, referem-se as transferências para contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações, são vinculadas ao serviço público de energia, não podendo ser retiradas, alienadas, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média de amortização utilizada é de (3,85%).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

Resultados 3º trimestre de 2012

O saldo do intangível está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Contribuições do consumidor	59.865	61.510
Participação da União - recursos CDE	156.924	141.267
Participação do Governo do Estado	10.512	18.989
(-) Amortização acumulada	<u>(24.089)</u>	<u>(19.070)</u>
Total	<u>203.212</u>	<u>202.696</u>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	9.873	7.293
Infraestrutura - Intangível em serviço	158.390	159.668
Infraestrutura - Intangível em curso	<u>34.949</u>	<u>35.735</u>
Total	<u>203.212</u>	<u>202.696</u>

- As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	<u>30/09/2012</u>	<u>30/09/2011</u>
Encargos financeiros contabilizados no resultado	32.881	33.803
(-) transferência para o intangível em curso (*)	<u>(3.491)</u>	<u>(3.554)</u>
Efeito líquido no resultado	<u>29.390</u>	<u>30.249</u>

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

16. Fornecedores

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Suprimento:		
CCEE (1)	1.839	2.953
Contratos Bilaterais (1)	51.046	42.022
Uso da rede básica (1)	6.329	4.716
Conexão à rede (1)	281	260
Uso do sistema de Transmissão/ distribuição (1)	1.525	1.246
Materiais, serviços e outros (2)	<u>13.757</u>	<u>14.941</u>
Total	<u>74.777</u>	<u>66.138</u>
Circulante	72.248	63.767
Não circulante	2.529	2.371

1. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

Resultados 3º trimestre de 2012
17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	30/09/2012	31/12/2011	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	19	1.254	-	1.273	6.723	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	326	-	61.000	61.326	61.548	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	29	337	1.223	1.589	1.881	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	72	510	2.646	3.228	3.659	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	616	2.188	2.871	3.180	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	63	444	2.355	2.862	4.388	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	80	379	3.428	3.887	4.185	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	6	376	3.531	3.913	2.222	
Eletrobrás - Subtransmissão	41	7.946	13.724	21.711	24.965	
Eletrobrás - Eletrificação Rural I	-	11	4	15	32	
Eletrobrás - Eletrificação Rural II	-	8	14	22	33	
Eletrobrás - Eletrificação Rural III	-	6	10	16	24	
Eletrobrás - Luz no Campo	-	-	-	-	74	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	-	-	6.908	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	-	6.739	6.739	-	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	26	6.651	6.337	13.014	16.910	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	136	9.423	35.611	45.170	52.229	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	55	8.954	48.446	57.455	57.785	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	7	2.431	9.103	11.541	13.366	
Banco Itaú BBA - FINAME	81	1.263	8.918	10.262	7.150	
Total em moeda nacional	1.008	40.609	205.277	246.894	267.262	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(44)	(302)	(1.670)	(2.016)	-	
Em moeda estrangeira						
NOTES UNITS	2.652	117.090	-	119.742	113.878	(1)
Banco Itaú BBA	174	-	34.317	34.491	-	
Citibank	59	-	81.224	81.283	-	
Total em moeda estrangeira	2.885	117.090	115.541	235.516	113.878	
(-) Custos de captação incorridos na contratação	-	(2.093)	-	(2.093)	(5.716)	
Total ENERGISA PARAÍBA	3.849	155.304	319.148	478.301	375.424	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$39.919 (R\$37.546 em 31 de dezembro de 2011), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante.

(1) Os financiamentos relativos às NOTES UNITS, possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 24 - Instrumentos Financeiros). Em 30 de setembro de 2012, todas as exigências contratuais foram cumpridas.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Resultados 3º trimestre de 2012

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2012:

Operação	Características da Operação				Custo da Dívida			Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Tx de Juros aa	TIR (Taxa efetiva de juros)	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II	nov-2012	mensal	Recebíveis	1	CDI	+ 0,8%	1,08%	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez 2017	Recebíveis	81	CDI	+ 0,7%	0,83%	
NOTES UNITS	jul-2013	final	-	10	Dólar	+ 10,5%	10,94%	(1)
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	26	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	34	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	38	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	47	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	54	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal, após out 2012	Recebíveis	61	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	20	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural I	nov-2013	trimestral	-	8	RGR	+ 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural II	nov-2014	trimestral	-	15	RGR	+ 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural III	nov-2014	trimestral	-	15	RGR	+ 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	jul-2012	mensal	-	7	Selic Acumulada			
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	13	pré-fixado	7,7%	7,7%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	29	pré-fixado	7,8%	8,0%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Fundo Reserva	29	TJLP	+ 4,0%	4,2%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal, após jun 2012	Recebíveis + Fundo Reserva	41	pré-fixado	8,1%	8,1%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	Até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	56	pré-fixado	4,5% a 5,5%	4,5% a 5,5%	
Banco Itaú BBA	ago-2015	final	Aval Energisa S.A.	35	Dólar	+ 3,2466	3,2466	
Citibank	set-2017	anual, após set.2016	Aval Energisa S.A.	54	Libor	+ 1,8987	1,8987	

(1) Possui Swap.

(2) Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2012, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>30/09/2012</u>
2013	15.533
2014	34.837
2015	63.539
2016	65.620
2017	57.999
Após 2017	81.620
Total	<u><u>319.148</u></u>

Resultados 3º trimestre de 2012

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

Contratos	2012	2013	2014	2014 em diante	30/09/2012
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	11	-	-	-	11
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	44	-	-	716	760
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FNE)	32	124	108	271	535
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2007-2008 (FAT)	8	31	27	68	134
NOTES UNITS	1.570	523	-	-	2.093
Banco do Nordeste - Financ.Investimentos 2008-2009 (FNE)	32	116	78	350	576
	1.697	794	213	1.405	4.109

18. Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,9% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	CDI + 1,96% a.a
Quantidade de títulos	80.000
Valor na data de emissão	80.000
Títulos em circulação	80.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 30/09/2012	81.801
Circulante	2.234
Não circulante	79.567
Saldos em 31/12/2011	79.993
Circulante	426
Não circulante	79.567

(*) Deduzido de R\$473 (R\$493 em 31 de dezembro de 2011), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$79.567 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

	30/09/2012
2012	157
2013	158
2014	158
	473

Resultados 3º trimestre de 2012

Clausulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 1ª emissão	Energisa Paraíba	15 de dezembro de 2012	Não há	O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas

19. Tributos e Contribuições Sociais

	30/09/2012	31/12/2011
ICMS	18.647	21.246
Encargos Sociais	1.758	1.881
IRPJ	11.646	10.561
CSSL	6.952	7.045
PIS / COFINS	17.488	17.084
IRRF	769	920
Outros	1.693	1.398
Total	58.953	60.135
Circulante	46.567	50.532
Não circulante	12.386	9.603

20. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da ENERGISA PB, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 30/09/2012
Trabalhistas	10.245	2.615	(3.455)	396	9.801
Cíveis	22.069	4.978	(4.935)	837	22.949
Fiscais	5.886	-	(1.348)	196	4.734
Total	38.200	7.593	(9.738)	1.429	37.484
Depósitos e cauções vinculados (*)	(6.931)	(483)	1.474	(711)	(6.651)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$24.710 (R\$20.984 em 31 de dezembro de 2011) dos quais R\$18.059 (R\$14.053 em 31 de dezembro de 2011) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$2.615 (R\$3.482 em 31 de dezembro de 2011) e revertida no montante de R\$3.455 (R\$4.179 em 31 de dezembro de 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$1.785.

Resultados 3º trimestre de 2012

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, foram registrados complemento de provisões de R\$4.978 (R\$7.146 em 31 de dezembro de 2011) e reversões de R\$4.935 (R\$8.509 em 31 de dezembro de 2011).

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012, foram registrados reversão de provisões de R\$1.348 (R\$3.487 em 31 de dezembro de 2011), referente à liquidação de processos judiciais de INSS, COFINS e IRPJ.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$209.892 (R\$188.048 em 31 de dezembro de 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível e, conseqüentemente, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Refere-se à reclamação trabalhista, que tem por objeto responsabilidade subsidiária por débitos de terceiros no montante equivalente a R\$7.458 (R\$6.701 em 31 de dezembro de 2011).

Cíveis

Essas ações no montante equivalente a R\$45.325 (R\$44.275 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente, à supostas diferenças a devolver decorrentes do cálculo da CVA, devolução de encargos emergenciais, supostos valores a receber em virtude da privatização da empresa e reclamações de consumidores (cobrança de irregularidade e suspensão de fornecimento).

Fiscais

Essas ações, no montante de R\$157.109 (R\$137.072 em 31 de dezembro de 2011), têm por objeto a redução da base de cálculo do IRPJ e CSSL pela amortização do ágio incorporado, diferenças de ICMS pagos sobre demanda contratada, diferenças de FGTS e taxa de uso do solo.

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 619.889 ações ordinárias, 298.902 ações preferenciais classe "A" e 147 ações preferenciais classe "B", todas nominativas sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos sendo:

- Classe A - Dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o capital atribuído a essa classe.
- Classe B - Dividendos obrigatórios não cumulativos previstos no Estatuto Social.

Resultados 3º trimestre de 2012

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$22.943, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2011 da Reserva de incentivo fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para 386.516 (R\$363.573 em 31 de dezembro de 2011).

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000.000 ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

A Companhia adquiriu em 2009, para permanência em tesouraria, conforme autorizado pelo seu Conselho de Administração, 422 ações ordinárias e 356 ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontram registradas na rubrica “ações em tesouraria”, classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$538. Por se tratar de uma subsidiária integral as ações da Companhia não possuem valor de mercado.

21.2. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

O Conselho de Administração deliberou em 14 de fevereiro de 2012 o pagamento dos dividendos adicionais no montante de R\$38.683 (R\$10,1326 por ação), em 31 de março de 2012.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 09 de agosto de 2012, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do primeiro semestre do corrente exercício, no montante de R\$74.114 (R\$80,72 por ação ordinária e preferencial), pagos a partir de 17 de agosto de 2012.

Resultados 3º trimestre de 2012

22. Receita operacional

	30/09/2012				30/09/2011			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2012 à 30/09/2012	01/01/2012 à 30/09/2012	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2011 à 30/09/2011	01/01/2011 à 30/09/2011
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	989.234	970.919	151.481	472.254	953.466	901.636	124.663	390.606
Industrial	4.595	464.068	53.081	153.886	4.597	435.480	47.464	137.204
Comercial	88.861	444.932	70.638	219.925	83.326	398.739	60.445	182.725
Rural	108.970	193.054	13.264	40.244	86.582	147.566	9.669	28.582
Poder Público:								
Federal	574	36.780	10.274	31.539	544	34.560	9.342	28.328
Estadual	3.003	50.125	8.151	25.020	2.847	47.100	7.411	22.473
Municipal	11.107	63.132	5.408	16.601	10.527	59.324	4.918	14.912
Iluminação Pública	637	165.690	15.570	45.494	604	146.485	12.937	37.265
Serviço Público	1.014	158.087	13.495	39.021	990	147.593	15.487	45.180
Consumo Próprio	148	3.117	-	-	131	3.012	-	-
Subtotal	1.208.143	2.549.904	341.362	1.043.984	1.143.614	2.321.495	292.336	887.275
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	1.250	3.079	-	-	529	1.485
Suprimento	-	35.390	1.999	2.018	-	99.969	437	1.505
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(1.512)	(2.186)	(8.574)	-	(4.318)	(700)	(1.212)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	15.674	45.000	-	-	12.487	38.564
Venda de energia a consumidores livres	21	-	-	-	17	-	-	-
Receita de Construção	-	-	32.000	93.709	-	-	30.318	86.673
Outras receitas operacionais	-	-	2.476	6.509	-	-	2.833	5.763
Total - receita operacional bruta	1.208.164	2.583.782	392.575	1.185.725	1.143.631	2.417.146	338.240	1.020.053
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	69.632	214.304	-	-	63.424	193.839
PIS	-	-	5.930	17.998	-	-	5.227	15.524
COFINS	-	-	27.311	82.900	-	-	24.078	71.506
ISS	-	-	38	302	-	-	34	100
Quota para RGR	-	-	1.988	9.350	-	-	2.797	8.213
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.176	3.482	-	-	1.026	3.013
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	2.158	6.474	-	-	1.828	5.397
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	9.817	32.928	-	-	10.063	28.784
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.882	5.572	-	-	1.641	4.820
Total	-	-	119.932	373.310	-	-	110.118	331.196
Total - receita operacional líquida	1.208.164	2.583.782	272.643	812.415	1.143.631	2.417.146	228.122	688.857

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações contábeis intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Prêmio Anual 30/09/2012 e 31/12/2011
Riscos Nomeados	09/11/2012	25.500	243
Responsabilidade Civil Geral	09/11/2012	33.953	251
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2013	Até R\$ 200mil / veículo	179
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2012	74.569	305
			978

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

Resultados 3º trimestre de 2012

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	30/09/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO				
Caixa e equivalente de caixa	131.505	131.505	62.753	62.753
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	59.040	59.040	46.239	46.239
Consumidores e concessionárias	156.564	156.564	167.014	167.014
Títulos de créditos a receber	112.198	112.198	117.947	117.947
Conta a receber da concessão	129.104	129.104	30.777	30.777
	30/09/2012		31/12/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
PASSIVO				
Fornecedores	(74.777)	(74.777)	(66.138)	(66.138)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	(560.102)	(568.242)	(455.417)	(466.961)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, BNB e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso dos empréstimos dos BONDS, Fundos de investimentos em Direitos Creditórios e a 1ª emissão de debêntures, o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações.

Resultados 3º trimestre de 2012

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar. As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e no regimento interno da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve revisões em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	72.248	-	-	-	2.529	74.777
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	43.398	156.154	221.237	148.895	114.031	683.715
Total	115.646	156.154	221.237	148.895	116.560	758.492

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez e percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa e equivalente de caixa	131.505	62.753
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	59.040	46.239
Consumidores e concessionárias	156.564	167.014
Títulos de créditos a receber	112.198	117.947
Conta a receber da concessão	129.104	30.777

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás, BNDES e BNB) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 30 de setembro de 2012, com alta de 8,25% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$2,0306/ USD.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Energisa PB, em 30 de setembro de 2012 de R\$564.684 (R\$461.606 em 31 de dezembro de 2011), R\$235.516 (R\$113.878 em 31 de dezembro de 2011) estão representados em dólares, (i) emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação no final do período, incluído juros, era de US\$59 milhões (US\$57,6 milhões de principal); (ii) US\$16,9 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$16,9 milhões de principal); e (iii) empréstimo capitado junto ao Citibank, cujo saldo no final do período, incluindo juros monta em US\$40 milhões.

Resultados 3º trimestre de 2012

As notas têm vencimento em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ + 10,5% ao ano. Os empréstimos têm vencimento (vencimento até 2017) e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012, apresenta no ativo não circulante o valor de R\$1.665 (R\$2.649 em 31 de dezembro de 2011) e R\$6.409 em 31 de dezembro de 2011 no passivo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Energisa PB possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

- 1) Proteção para o montante equivalente a US\$57,6 milhões de principal e US\$12,3 milhões de juros através de Série de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$ 2,7150 (Jul-2012) e R\$/US\$ 2,580 (Jul-2013) pelo prazo até 19/07/2013, referente emissão internacional de Notes Units. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 10,5% a.a. por 131,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 19/07/2012 até 19/07/2013 bem como o valor do principal nesta última data.
- 2) Proteção para o montante equivalente a US\$16,9 milhões de principal e juros através de Série de Swaps Cambiais com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,85 pelo prazo até 17/08/2015, referente ao empréstimo capitado junto ao Banco Itaú BBA. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 4,33% a.a. por 100% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 18/02/2013 até 17/08/2015 bem como o valor do principal nesta última data.
- 3) Proteção para o montante equivalente a US\$40,0 milhões de principal e juros através de Série de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$ 3,0185 (Set-2016) e R\$/US\$ 3,1975 (Set-2017) pelo prazo até 21/09/2017, referente ao empréstimo capitado junto ao Citibank. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + US\$ mais (LIBOR mais 1,90% ao ano) por 101% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos de 21/12/2012 até 21/09/2017 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$7.588 (R\$5.726 em 30 de setembro de 2011), decorrentes de uma apreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Resultados 3º trimestre de 2012

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
	30/09/2012	31/12/2011		30/09/2012	31/12/2011	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
	Nocional (BRL)		Posição Ativa			-	-
			Moeda				
			Estrangeira- USD	127.976	125.794		
Swap com opções - Bond	88.173	97.604	Posição Passiva			-	(591)
			Taxa de Juros CDI	(122.764)	(128.226)	-	
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(109)	(1.328)	-	-
			Posição Total Swap Com Opções	5.103	(3.760)	-	(591)
			Posição Ativa			-	-
			Moeda				
			Estrangeira- USD	36.461			
Swap com Opções- Itaú BBA	34.138		Posição Passiva			-	
			Taxa de Juros CDI	(34.423)		-	
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1.121)		-	-
			Posição Total Swap Com Opções	917		-	
			Posição Ativa			-	-
			Moeda				
			Estrangeira- USD Libor	82.345			
Swap com Opções- Citibank	80.960		Posição Passiva			-	
			Taxa de Juros CDI	(81.339)		-	
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(5.361)		-	-
			Posição Total Swap Com Opções	(4.355)		-	

O Valor Justo dos derivativos registrados em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa PB foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Resultados 3º trimestre de 2012

Analise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2012, com a simulação dos efeitos nas demonstrações contábeis futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Bond e Swap com Opções Itaú			13.296	(24.490)	(62.275)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	164.437	Alta do US\$	151.140	188.925	226.710
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(157.188)		(157.188)	(157.188)	(157.188)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(1.230)		-	-	(26.240)
Subtotal	6.019		(6.048)	31.737	43.282
Líquido	6.019		7.248	7.247	(18.993)
Instrumentos financeiros - Swap com Opções Citi	-		18.360	(2.364)	(13.632)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD Libor	82.345	Alta do US\$	63.985	79.981	95.977
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(81.339)		(81.339)	(81.339)	(81.339)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(5.361)		-	-	-
Subtotal	(4.355)		(17.354)	(1.358)	14.638
Líquido	(4.355)		1.006	(3.722)	1.006
Total	1.664		8.254	3.525	(17.987)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2012, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$8.254, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivo de R\$8.254 e negativo de R\$ 17.989, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados as taxas de juros de 30 de setembro de 2012, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI

Resultados 3º trimestre de 2012

= 7,28% a.a., TJLP = 6% a.a. e FNE = 8% a.a) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	161.475	Alta CDI	2.923	3.630	4.329
Instrumentos financeiros passivos:					
	(151.613)	Alta CDI	(3.194)	(3.847)	(4.491)
Empréstimos e financiamentos	(11.542)	Alta TJLP	(341)	(383)	(424)
	(58.183)	Alta FNE	(963)	(1.204)	(1.445)
	(235.516)	Alta US\$	(3.809)	(4.761)	(5.714)
Subtotal (**)	(456.854)		(8.307)	(10.195)	(12.074)
Total	(295.379)		(5.384)	(6.565)	(7.745)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2012 (8,02% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2012, TJLP 6% a.a e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$235.516.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	30/09/2012	31/12/2011
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	59.040	46.239
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.665	2.649
Passivos			
		30/09/2012	31/12/2011
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	(6.409)

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

25. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação

Resultados 3º trimestre de 2012

de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Os dados da última avaliação estão descritos na nota explicativa nº 33 às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As demais informações referentes aos planos de suplementação de aposentadoria e pensões não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 33 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2011”), publicadas na imprensa oficial em 12 de março de 2012.

No período findo em 30 de setembro de 2012, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$6.414 (R\$4.746 em 30 de setembro de 2011).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No 3º trimestre de 2012 as despesas com esse benefício foram de R\$1.585 (R\$1.223 em 30 de setembro de 2011).

26. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
2012 a 2045	431.264	324.522	273.727	283.273	276.414	4.548.686

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de junho de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

27. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

Em setembro de 2012, foram editados pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 e o Decreto nº 7.805, que tratam da redução dos encargos sobre a energia elétrica e criam as regras para renovação antecipada das concessões do serviço público de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017. A Companhia tem o vencimento da sua concessão em janeiro de 2031.

No entendimento da Administração, as reduções dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causarão impactos diretos nos resultados da Companhia tendo em vista que a redução da receita terá em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

28. Evento subsequente

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 23 de outubro de 2012, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados do período de 9 meses do corrente exercício, no montante de R\$28.931 (R\$31,51 por ação ordinária e preferencial). Esses dividendos serão pagos até dia 27 de dezembro de 2012.

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 9 de novembro de 2011, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “S” PB

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 “S” PB

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br

- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br

- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br

- ✓ No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931

- ✓ Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80
Tel.: (32) 3429-6226 / 6327 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480

- ✓ Internet: www.energisa.com.br
E-mail: stockinfo@energisa.com.br